

# Desenvolvimento e dependência

Nelson Brasil de Oliveira \*

**A** globalização das economias mundiais dentro do sistema capitalista, em que predominam regras de mercado, forma o pano de fundo onde podemos visualizar nosso futuro como nação. Mas há distintos processos de inserção nesse contexto, dependendo das características e desígnios de cada país. Não se pode aceitar o argumento da inexorabilidade de um modelo rígido e iníquo, a ser seguido por todos os países, conforme preceituado pela hegemônica opinião econômica.

O processo de integração naturalmente favorece as economias mais pujantes, em detrimento daquelas menos expressivas economicamente, ou mais passivas politicamente, que não façam uso adequado de suas próprias potencialidades. Países continentais em processo de desenvolvimento econômico, como é o caso do Brasil, devem mobilizar seus recursos humanos qualificados e saber aproveitar as reservas patrimoniais internas, inclusive seu mercado interno.

A mobilização de tais recursos deve levar em conta que não há mais espaços para o desperdício ou para a má alocação de fatores produtivos, dentro de políticas nacionais fechadas que desconhecem a existência de competitividade externa.

Estudos sérios demonstram que o Brasil investe nas áreas sociais percentuais do PIB superiores aos das demais nações da América Latina e equivalentes aos de países desenvolvidos. Os pífios resultados obtidos, no entanto, mostram a má qualidade da aplicação dos recursos do Estado, como decorrência da corrupção e do desperdício associados a tais atividades. Conforme vozes atuantes que, legitimamente, têm alertado o País, esse é um problema de gerência coletiva, e para superá-lo não basta a ação de um ou outro órgão do Poder Executivo. É fundamental a participação da sociedade, sintonizada com um projeto de

desenvolvimento nacional por meio do qual se busque a ocupação de espaços vitais para a inserção "virtuosa" do Brasil na economia mundial.

Temos de reverter o quadro de estagnação econômica dos últimos 20 anos, mantido com a mesma renda per capita anual e uma enorme queda nos indicadores socioeconômicos. Agora nos situamos em 55º lugar no mundo, mas

dispomos de todas as pré-qualificações para nos tornarmos rapidamente uma das economias mais desenvolvidas do mundo. Para isso necessitamos de mudanças estruturais, principalmente no perfil distributivo da renda interna.

O consenso interno para a formatação de um projeto com tais objetivos requer vontade política e adesão aos superiores interesses nacionais, temas que teriam de ocupar prioritariamente as atenções da mídia e de políticos, em substituição ao



simples trato de problemas paroquiais, em que prevalece o oportunismo eleitoral.

A integração na economia internacional passa pelos foros da Organização Mundial de Comércio (OMC), nos quais são definidas as regras de acesso ao mercado e, em decorrência, criados ou fechados postos de trabalho no país, em proveito ou detrimento de outras nações. Sem que muitos se apercebam, por intermédio de acordos internacionais são negociados preciosos espaços de nossa própria soberania nacional.

Embora caia na alçada do Congresso Nacional a definição dos rumos da política externa, nossos parlamentares abdicaram do exercício de tais atribuições, aceitando uma delegação de responsabilidades que lhes foi imposta por Collor ao criar a Secretaria de Comércio Externo no âmbito do então todo-poderoso Ministério da Economia. O Congresso concordou em exercer um papel meramente figurativo, apenas referendando as negociações conduzidas pelo Executivo, como ocorreu com a aprovação

do Gatt, entre 12 e 30 de dezembro de 1994, ou seja, gastando apenas 18 dias, em pleno mês de dezembro.

Como pensar em políticas nacionais descasadas de políticas externas que, certamente, cada vez mais se traduzem em concessões de pedaços de nossa própria autonomia de gestão, num mundo crescentemente interdependente? Essa falta de sensibilidade terá seu custo apropriado no devido tempo.

Levar ao Congresso o debate sobre nossas relações comerciais com outros países, além de conferir maior legitimidade ao processo decisório em termos de planejamento estratégico nacional, trará maior densidade e conteúdo às posições do Executivo, como ocorre nos Estados Unidos e na Comunidade Europeia, onde o mandato negociador do Executivo somente é adjudicado pelo Congresso após ser fixada inequívoca definição quanto a rumos e balizamentos de tais atividades. ■

Vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina (Abifina).